

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO MACHISTA NO COMÉRCIO INFORMAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Isabelle Santos de Souza Vieira (1); Francisco Mário de Sousa Silva (1); Zuleide Fernandes de Queiroz (2)

Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mails: isabellessv@yahoo.com.br, fcomariojrn@yahoo.com.br,
Universidade Regional do Cariri (URCA): zuleidefqueiroz@gmail.com

Resumo

Nos últimos anos, os movimentos sociais em defesa das mulheres têm com cada vez mais frequência fomentado o debate sobre a garantia e igualdade de direitos entre gêneros. No entanto, fatores históricos de exclusão, são percebidos constantemente na realidade brasileira. Nesse sentido, inúmeros discursos que comprometem o bem-estar social são propagados e, muitas vezes, materializados em objetos que remetem ao preconceito e a exclusão da mulher. Com base nesse entendimento, o estudo objetivou identificar a presença do discurso machista, materializado em produtos no comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte-CE, bem como, refletir sobre as demandas educativas para as questões sociais relacionadas à garantia de direito entre gêneros. Para a verificação, foram utilizadas reflexões qualitativas, através de observações no comércio informal do município mencionado, no período referente ao mês de dezembro de 2016. Como instrumentos metodológicos para a realização do estudo, também foram utilizadas pesquisas bibliográficas e uso de imagens com o registro das práticas materiais e discursivas de desigualdade de gênero, considerando a perspectiva ética das pesquisas que fazem uso de recursos visuais. Foram identificados no comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte, ambiente de trânsito de habitantes locais e turistas, objetos considerados como mantenedores de discursos machistas e opressores. Tais práticas ferem a dignidade humana, principalmente quando se trata da igualdade entre gêneros. Por fim, ressalta-se a necessidade de inserção de práticas educativas na sociedade, para além do ambiente escolar, tendo em vista a necessidade de desconstruir práticas opressoras que remetem a desigualdades na sociedade em suas diferentes perspectivas.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero, Comércio Informal, Educação.

1 Introdução

Os direitos humanos das mulheres começaram a ser reivindicados com maior vigor com o movimento feminista por direitos iguais que ganhou força internacional a partir do século XX (MAZZUOLI, 2017). No contexto brasileiro, houve afloramento do pensamento crítico em relação à busca por direitos, a partir da organização de mulheres, advindas de diferentes classes que se articularam politicamente no processo de reflexão sobre demandas sociais, políticas e educativas (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

No século XX, o feminismo aparece com outro perfil no Brasil, apresentando-se mais crítico, com novos desafios e propostas, com a união de mulheres de diversas classes sociais. O caráter militante se sobressai nesse momento, pois, questionava a política, a educação e a dominação do homem na sociedade, além da sexualidade e divórcio. (OLIVEIRA; CASSAB, 2014, p.3).

As questões de gênero têm ganhado a frente de grupos de discussão nos mais diversos meios sociais. Na contemporaneidade o entendimento sobre gênero deriva de uma série de conceitos históricos e culturais que atribuem funções hierarquicamente distintas ao papel do homem e da mulher. No contexto da compreensão histórica, Queiroz e Sandes (2014) reforçam que se trata de um importante aspecto para o entendimento sobre as questões que envolvem a sociedade atual.

Compreender o contexto histórico, político ou social de um período nos faz entender um conjunto de circunstâncias que motivou e / ou modificou determinado lugar, tempo, espaço ou cultura. Fatos que ocorreram há décadas ou séculos atrás são, por muitas vezes, hoje, interpretados e redefinidos. (QUEIROZ; SANDES, 2014, p. 7).

Nesse sentido, fatores históricos de exclusão, podem ser notados constantemente na realidade brasileira. Inúmeros discursos que comprometem o bem-estar social são propagados como algo natural e aceitável. Muitas vezes, estes discursos são materializados em objetos que remetem ao preconceito e a exclusão da mulher.

Com base nesse entendimento, o presente trabalho objetivou identificar a presença do discurso machista materializado em produtos no comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte-CE e refletir sobre as demandas educativas para as questões sociais relacionadas à garantia de direito entre gêneros.

Para a verificação foram utilizadas reflexões qualitativas além de observações do comércio informal do município, no período referente ao mês de dezembro de 2016. Como instrumentos metodológicos para a realização do estudo também foram utilizadas pesquisas bibliográficas e uso de imagens com o registro consentido das práticas materiais e discursivas de desigualdade de gênero, considerando a perspectiva ética das pesquisas que fazem uso de recursos visuais.

Nesse sentido, abre-se espaço para refletir que o processo educativo não se limita a formalidade da educação escolar. O meio social, os espaços de convivência comum, também são considerados ambientes educacionais e devem buscar a promoção da dignidade da pessoa humana. O que é ensinado nestes espaços, por meio de discursos direto ou indireto; uso de imagens e sons, ou outros meios, devem ser considerados em busca da promoção de uma sociedade justa, que enalteça a pessoa humana e seja livre de preconceitos.

Nesse contexto, o estudo sobre gênero e educação ressalta a necessidade de inserção de ações educativas na sociedade para além do ambiente escolar, tendo em vista a necessidade de desconstruir práticas opressoras que remetem a desigualdades na sociedade em suas

diferentes perspectivas. Evidencia-se ainda, a necessidade de pensar a educação de jovens e adultos a partir das características regionais, com fins de manutenção ou ressignificação de práticas integradas à cultura.

2. Educação e Sociedade

O entendimento sobre educação indica dois processos significativos, de ensinar e aprender. Trata-se de uma perspectiva que faz parte da realidade das sociedades e é mantedora de características sociais e culturais. A educação se torna elemento base para preservar, transformar, perpetuar e possibilitar a evolução por meio do repasse de conhecimento entre as gerações, inclusive a respeito da cultura do grupo social em que cada indivíduo está inserido. Nesse sentido, pode-se considerar, então, como um processo de socialização que busca uma melhor inserção do indivíduo no meio em que vive¹.

A educação formal exercida no ambiente escolar, desde a educação infantil até a pós-graduação, ocorre de modo direto, intencional e com fins já definidos, ou seja, existem objetivos a serem alcançados, como por exemplo, possibilitar que o indivíduo aprenda a ler. Entretanto, o processo educacional não está limitado ao espaço escolar. Gohn (2006, p. 28) ressalta esse entendimento ao mencionar que:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal [sic] é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Ainda conforme Gohn (2006), os espaços educacionais na educação não formal situam-se na localidade de vivência do indivíduo de seu grupo, fora do ambiente escolar. Nestes locais, o processo interativo informal tem como principal elemento diferenciador a intencionalidade, ou seja, o desejo de que determinado ensinamento seja repassado para os demais membros do grupo.

No que tange a educação informal, seus espaços educativos são demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, dentre outros fatores: a casa, a rua, o bairro, o condomínio, o clube, o local de culto, o local onde se nasceu... Todos estes espaços são considerados, o que reforça a ideia de que o elemento cultura está arraigado a estas práticas educativas (GOHN, 2006).

¹ Disponível em: <<https://www.conhecimentogeral.inf.br/educacao/>>

Sabat (1999:1 apud SOUZA, 2000) corrobora com a ideia de Gohn (2006) refletindo que o espaço em que vivemos e interagimos são considerados locais de aprendizado. Escola, família, espaços públicos, o ambiente comercial formal e informal das cidades com suas inúmeras publicidades, conduzem à formação humana. Com isso, pode-se afirmar que a educação não está restrita aos processos desenvolvidos apenas no interior da escola.

De maneira mais ampla, compreende-se que em toda a sociedade são encontrados diferentes mecanismos educativos que produzem conhecimentos, pedagogias e formas de ensinar. Muitos desses mecanismos podem ser encontrados em produções culturais, tais como filmes, novelas, histórias em quadrinhos, publicidade, etc.

Entretanto, nem sempre a cultura local reflete em espaços propícios para uma educação firmada no compromisso de promover a dignidade do ser humano e a cultura de paz. Os anúncios publicitários, os rótulos das embalagens de alguns produtos – principalmente bebidas alcoólicas – induzem a ideias que vão de encontro ao que se espera de um processo educacional baseado no respeito ao outro.

Tais práticas refletem formas de pensar e agir enraizadas na cultura de alguns locais, como ocorre no comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte, município integrante da região metropolitana do Cariri, onde práticas de violência contra a mulher são corriqueiras e os índices desse tipo de violência são elevados.

2.1 Desigualdade de gênero e imagem da mulher

Nos últimos anos, a vida da mulher passou por muitas transformações. Hodiernamente, as mulheres trabalham, cuidam da casa e dos filhos, mantendo uma longa carga horária de trabalho dentro e fora do lar. Todavia, ainda se comprova a existência de comportamentos machistas no Brasil. Freitas e Coutinho (2006) ensinam que refletir sobre gênero na contemporaneidade é tratar de concepções históricas e culturais que conferem diferentes atribuições ao homem e a mulher.

A submissão da mulher frente ao homem ainda é muito presente no contexto familiar ou profissional. Apesar da cultura “homem é homem, mulher é mulher” estar sendo amplamente discutida, essa marginalização de que existem ações e funções distintas para cada sexo permanece grande. Dentro do mercado profissional, a desigualdade no que tange questões salariais é um exemplo de como isso se mantém enraizado nos contextos sociais. Em uma matéria publicada pelo site Brasil Debate (2014), no ano de 2010 a remuneração da mulher correspondia a 68% da remuneração masculina em funções idênticas de trabalho. (FREITAS; COUTINHO, 2016, p. 2).

Além da submissão feminina, a imagem da mulher é brutalmente maculada em várias ações comunicativas. Na publicidade brasileira, a objetificação feminina reflete na utilização da imagem do corpo da mulher como instrumento fomentador do consumo, utilizado muitas vezes em anúncios voltados ao público masculino (FREITAS; COUTINHO, 2016).

Não ocorre distinção no caso da publicidade no comércio informal, como na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Inúmeros produtos, principalmente bebidas alcoólicas artesanais (como a cachaça) são rotuladas com imagens do corpo feminino traduzindo submissão e objetificação da mulher, a qual serve de meio de captação de consumidores principalmente do sexo masculino.



Figura 1: Bebidas alcoólicas artesanais encontradas no comércio informal de Juazeiro do Norte. Foto: Silva, 2017.

Reflexões sobre a igualdade entre gêneros tornam-se pertinentes com vista a desconstruir os fatores que são considerados “comuns” quando se trata de diferenciação de direitos. Na contemporaneidade, análises contínuas sobre aspectos de exclusão e características enraizadas que agridem a dignidade humana, indicam reformulações a ações de caráter sociais, econômicas e políticas.

2.2 Direitos humanos fundamentais e a dignidade humana da mulher

Foi com o movimento feminista por direitos iguais que ganhou força internacional a partir do século XX, mais precisamente na década de 70, que os direitos humanos das mulheres começaram a ser reivindicados com maior vigor em todo o mundo (MAZZUOLI, 2017).

As reivindicações feministas, que levaram à adoção de uma organização internacional de proteção às mulheres, ligam-se especialmente ao direito à igualdade formal, à

liberdade sexual e reprodutiva, ao impulso da igualdade econômica, à redefinição dos papéis sociais, dentre outros. Todos esses direitos foram reivindicados ao longo dos tempos sob diversas bandeiras, tendo ganhado a adesão do direito internacional apenas após a segunda metade do século XX (MAZZUOLI, 2017).

A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 em seu artigo 18 dispõe que os direitos humanos das mulheres são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional (MAZZUOLI, 2017).

No Brasil, além da igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal de 1988 como forma de promover a dignidade humana, a Lei 8.078 de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, classifica a prática de uso da imagem da mulher de forma pejorativa em rótulos e anúncios publicitários, seja no comércio formal ou informal, como publicidade abusiva, sujeita a sanções civis, administrativas e penais. (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2014).

A proteção contra publicidades abusivas, que incitem a discriminação quanto ao sexo, é um direito básico do consumidor previsto na norma, juntamente ao direito básico a uma educação para o consumo adequado e consciente condizente com práticas de promoção da dignidade humana (BENJAMIN; MARQUES; BESSA, 2014).

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural materializado em produtos do comércio informal, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Essa perspectiva pode ser amparada por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação e do apoio social. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades no âmbito internacional, nacional e local e devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher. (MAZZUOLI, 2017).

3 Metodologia

Para as apreciações pertinentes aos objetivos do estudo, consideraram-se as análises qualitativas como instrumento primordial no processo de discussão dos resultados encontrados. Ao ponderarem sobre a pesquisa qualitativa como procedimento a ser utilizado em estudos científicos, Silveira e Córdova (2009) reforçam que as análises qualitativas

possuem abertura para reflexões a partir de distintas percepções, não se estruturando em informações numéricas. Para as autoras, essa visão de análise se dá devido, principalmente, a variação e interatividade presentes nos resultados das pesquisas.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Ao considerar as ideias apresentadas sobre o método qualitativo e visto a amplitude de temas relacionados a questões sociais, a pesquisa considerou como mecanismos de interatividade estudos bibliográficos. Ao se referir à pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 45) reforça que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Ainda se utilizou de pesquisas de campo nas quais foram realizadas observações do comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte, no período referente ao mês de dezembro de 2016. Para Gil (2002, p. 53) “No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) o número de habitantes na cidade de Juazeiro do Norte, supera a marca de 270 mil pessoas, porém em 2010 eram pouco menos de 250 mil habitantes. De acordo com o Instituto, Juazeiro do Norte se destaca em nível estadual quando se refere à economia. Em 2014 foi constatado que o município estava entre as 20 primeiras cidades do estado no quesito Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2017).



Figura 2: Juazeiro do Norte. Foto: Silva, 2016.

Durante as visitas, realizaram-se registros fotográficos (consentidos pelos comerciantes) de práticas materiais e discursivas de desigualdade de gênero, considerando a perspectiva ética das pesquisas que fazem uso de recursos visuais.

4 Resultados e discussão

A partir dos recursos metodológicos estabelecidos, constatou-se que a cidade de Juazeiro do Norte apresenta cenário híbrido quando se trata de economia. São diversos os produtos que fazem parte da perspectiva local, perpassando o contexto dos itens regionais, sendo evidenciado um complexo campo de atividades socioeconômicas, fatores provenientes das características culturais e do processo de globalização. Nesse prisma, abrem-se importantes espaços para pensar a economia local.

La globalización es un fenómeno de gran relevancia y repercusión mundial, de carácter global y multidimensional. A pesar de contener ciertas bondades, son sus muy numerosos aspectos negativos los que la transforman en problema. ¿Cómo está enfrentando la escuela este problema? ¿Está respondiendo a las necesidades educativas del alumnado en este campo? (DELGADO;MIGUEL, 2011, p.4).

Ao ser observado o raciocínio proposto por Delgado e Miguel (2011) constata-se considerações pertinentes aos processos relativos à globalização no contexto da educação, no entanto, se faz necessário atentar para as características regionais, as quais, na cidade observada, ainda se encontram fortes traços de aspectos locais, principalmente, no que tange aos espaços relacionados à economia informal.

Nesse sentido, o comércio informal de Juazeiro do Norte apresenta variados produtos que ganham destaque quando se trata de reflexões educativas acerca de características locais,

entre os produtos, a culinária e os artesanatos são nitidamente difundidos como aspectos que representam, não somente a cidade, mas a região ao qual está inserida: Região Metropolitana do Cariri cearense.

A Região Metropolitana do Cariri - RMC foi criada em 2009 pelo Governo do Estado do Ceará como alternativa de minimização das desigualdades socioeconômicas existentes entre Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado. O foco do desenvolvimento regional é contemplado por meio da possibilidade de ofertar aos municípios integrantes um novo salto de crescimento e desenvolvimento. (NASCIMENTO, 2015, p. 1119).

Nesse contexto e considerando o artesanato como representação municipal e regional, constatou-se que, a produção de artesanatos encontra-se intimamente ligada a questões religiosas e culturais. No entanto, alguns itens relacionados à produção local de artesanatos fazem alusão a traços históricos de desigualdade de gênero, expressando de forma concreta discursos que remetem ao machismo e ideias que contradizem a dignidade humana, principalmente quando se refere a aspectos sexuais.



Figura 3: Rótulos de bebidas artesanais com caráter machista. Foto: Vieira, 2017.

Diante desse cenário, algumas considerações são necessárias, principalmente no que tange à manutenção de práticas ou discursos que não condizem com os direitos socialmente conquistados, fator que ganha proporção diferenciada, visto que o município possui intenso fluxo turístico e os produtos são postos à venda nas prateleiras de itens regionais. Ressalta-se a necessidade de pensar os processos educativos como instrumentos propícios para reflexões acerca de particularidades culturais, econômicas e sociais, ultrapassando a manutenção de aspectos que não condizem com as conquistas sociais.

5 Conclusões

Diante da presente pesquisa, pode-se constatar que práticas de discurso machista são observadas no comércio informal da cidade de Juazeiro do Norte, materializado em produtos artesanais, principalmente bebidas alcoólicas rotuladas com imagens do corpo feminino traduzindo uma submissão e objetificação da mulher, as quais servem de meio de captação de consumidores.

Apesar de tais práticas, a proteção normativa à mulher existe tanto em âmbito nacional como internacional. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades no âmbito internacional, nacional e local bem como devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

Para repensar tais práticas, nota-se que a existência de normas não se mostra suficiente. Desse modo, é indispensável a inserção de práticas educativas na sociedade, para além do ambiente escolar, como instrumentos propícios para reflexões acerca de particularidades culturais, econômicas e sociais, tendo em vista a necessidade de desconstruir práticas opressoras que remetem a desigualdades na sociedade em suas diferentes perspectivas.

Neste caso específico, campanhas educativas esclarecedoras das normas existentes e conscientizadoras da prática opressora dentro do espaço educacional do comércio informal são fundamentais para a promoção da dignidade da pessoa. Ressalta-se ainda, a necessidade de pensar a educação de jovens e adultos a partir das características regionais, com fins de manutenção ou ressignificação de práticas integradas à cultura.

6 Referências

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DELGADO, Primitivo Sánchez; MIGUEL, Juan Carlos Rodríguez. **Globalización y educación: repercusiones del fenómeno en los estudiantes y alternativas frente al mismo**. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação ISSN: 1681-5653 n.º 54/5 – 10/01/11.

FREITAS, Gilberto de Carvalho de; COUTINHO, Renata Correa. A Objetificação da Mulher na Publicidade Cervejeira: Estudo de Caso da Cerveja Heineken como contraposição a um 'modelo hegemônico/recorrente'. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercon, 2016. p. 1 - 14.

Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/lista_area_IJ-DT2.htm>.
Acesso em: 10 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4.ed- São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Não Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Clegiadas nas Escolas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p.27-38, mar. 2006. Trimestral.
Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694>>. Acesso em: 10 set. 2017.

IBGE. **Juazeiro do Norte, Ceará- Brasil**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Acesso em: 15-09-2017.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017.

NASCIMENTO, Diego Coelho do. **Região Metropolitana do Cariri-CE**: um cenário de incertezas quanto à gestão, planejamento e finalidades. XI Encontro Nacional da ANPEGE- A diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, ANPEGE, 2015.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antonia. **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

QUEIROZ, Cícero Dantas; SANDES, José Anderson Freire. **O Rebate**: O poder da palavra na luta pela independência de Juazeiro. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de Pesquisa/ [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFGS e pelo curso de Graduação Tecnológica-Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Luiz Carlos Carneiro de Faria e. Educação e Publicidade. **São Paulo em Perspectiva**: Educação, cultura e sociedade. São Paulo, v. 2, n. 14, p.23-31, jun. 2000. Semestral.
Disponível em:
<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5049>>. Acesso em: 10 set. 2017.